

S FINANÇEIRAS SOGERAL

(France)

POLÍTICA ECONÔMICA

Economia
Questão dos juros foi Brasil
divergência principal
no seminário do Tortopor Cláudia Safatle
de Brasília

Houve uma importante convergência entre os seis economistas e cinco ministros de Estado que participaram do debate econômico com duração de nove horas ininterruptas na Granja do Torto, sábado. Todos, inclusive o presidente José Sarney, concordaram em que o déficit do setor público tem um componente financeiro muito forte. As divergências em relação ao tratamento que deve ser dado à taxa de juros, como forma de reduzir o déficit e, mais do que isso, como instrumento vital para a retomada do crescimento econômico, continuaram, todavia, separando os ministros da Fazenda, Francisco Dornelles, das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e o ex-ministro Mário Henrique Simonsen dos demais economistas presentes: o ministro do Planejamento, João Sayad, os professores da Unicamp, João Manoel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzo, e os ex-assessores de Delfim Netto, Ibrahim Eris e Luiz Paulo Rosenberg, além do ex-ministro Antônio Dias Leite.

Para Simonsen, mesmo que o déficit público seja fortemente financeiro, o governo não deve afrouxar a política monetária e reduzir a pressão sobre a taxa de juros no mercado aberto para debelar as altas taxas de juros. Acredita que a medida que o déficit for sendo abatido pelos cortes de despesas e mesmo pela elevação dos impostos, os juros cederão normalmente.

Sayad, porém, tem buscado apoio para sua tese de que primeiro o governo deve reduzir os juros e que, com isso, reduz substancialmente o déficit público e ainda cria espaços para o setor privado ativar seus investimentos.

Ibrahim Eris, durante a reunião de sábado, expôs sua visão que confirma as intenções de Sayad: se o governo reduzir em 6 a 7 pontos percentuais a taxa de juros, num curto espaço de tempo (cerca de um mês), a economia que tal providência trará supera

primeiro de corte do déficit do setor público, o mesmo não se pode afirmar da discussão sobre a política fiscal. Todos, sem exceção, admitem que o governo precisa elevar sua receita tributária com o aumento da carga fiscal. Para este ano, está claro que o espaço permitido indica que o trabalho da Secretaria da Receita Federal será de instituir antecipações no recolhimento dos tributos, seja Imposto de Renda pessoa jurídica, seja Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Mas para o ano que vem serão inevitáveis os aumentos da carga tributária através de criação de impostos.

A primeira sugestão do ex-ministro Simonsen foi de o Ministério da Fazenda criar um imposto sobre patrimônio mobiliário das pessoas físicas. Dornelles ponderou que a cobrança desse tributo é extremamente difícil por ser sobre títulos ao portador. No desenrolar da discussão fiscal, passou-se a considerar a alternativa de substituir o Imposto de Renda sobre as operações com títulos (CDB, letras de câmbio e operações de overnight) pelo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Um mecanismo de elevação substancial de receitas, já que o IR sobre os ganhos financeiros permite que os investidores façam a compensação na declaração de rendimentos, enquanto o IOF seria cobrado no ato e sobre o valor da operação.

No front externo, as discussões tomaram quase toda a manhã de sábado, mas a conclusão da maioria é de que o País deve fechar o acordo de reescalonamento da dívida externa com os bancos privados credores o mais rápido possível e, assim, não se deve criar embaraços, agora, com a introdução de teses novas, como da capitalização dos juros, e não se deve falar em dinheiro novo dos bancos privados internacionais, pelo menos até que o pacote de rolagem da dívida externa esteja assinado. O professor Belluzo e Cardoso de Mello são adeptos da tese da capitalização dos juros e, embora não te-

em muito qualquer esforço de elevação da carga tributária. Calculou em cerca de Cr\$ 14 trilhões o impacto da redução dos juros sobre a dívida interna.

Simonsen ponderou que pode até existir "uma certa inelasticidade" na relação taxa de juros/colocação líquida de títulos, já que as taxas estão por demais elevadas, mas insistiu, com a concordância de Setúbal e Dornelles, que na experiência está embutido um sério risco de explosão da base monetária, com mais inflação no futuro imediato. "Nesse aspecto, saímos como entramos", disse a este jornal uma fonte qualificada que participou da reunião e que compartilha dos temores de Simonsen. "Eles saíram como entraram, mas a reunião não terminou como começou", retrucou uma outra fonte, portavoz das teses de Sayad. O presidente Sarney agradeceu a todos, mas atribuiu a si a decisão de que caminho tomar.

O perigo de elevar a base monetária para a casa dos 200% ao final do ano existe. "Ora, isso significa crescer a oferta de moeda em apenas Cr\$ 8 trilhões, aproximadamente, sobre o saldo atual, e nos permitirá ganhar uma cifra surpreendentemente maior, de uns Cr\$ 14 trilhões", sustentaram os economistas defensores da redução imediata dos juros. Não pouparam críticas, ali, à postura "hipermonetarista" dos dirigentes do Banco Central (BC) que, na ansia de estabilizar o mercado financeiro, acabaram premiando os investidores com gordos lucros, beneficiados pela fórmula da correção monetária, pelo controle de preços e pelas altas taxas de juros.

Dornelles e Simonsen saíram em defesa do BC, argumentando que ao implementar a taxa geométrica de três meses para a correção monetária ele trouxe clareza e estabilidade ao mercado. Simonsen admitiu, porém, que ao fazer isso "desestabilizou o restante da economia".

O ministro da Fazenda, por outro lado, alheio às tecnicidades da política monetária — que não é sua especialidade, como ele próprio admitiu durante a conversa de sábado —, iniciou a reunião bastante tenso, mas ficou mais confiante ao longo do debate e, no final, cumprimentou efusivo o professor Cardoso de Mello, sugerindo que a discussão continuasse numa próxima oportunidade, quando ele iria a São Paulo encontrar-se com os dois economistas da Unicamp. Ambos ponderaram que não, que eles poderiam vir a Brasília quando o ministro quisesse, mas Dornelles insistiu: "Não, eu gosto muito de ir a São Paulo".

Se não houve progressos em relação ao instrumento

tenham colocado com detalhes suas posições ao presidente da República, alertaram para o fato de o País não poder pagar tantos juros da dívida por tanto tempo.

Falou-se muito numa questão que incomoda o governo brasileiro: a permanência do Fundo Monetário Internacional por mais de sessenta anos no País, pela cláusula do "monitoramento" que prevê o acordo de renegociação plurianual. Simonsen ponderou que este é um ponto que pode ser rediscutido e que não interessa nem mesmo aos bancos credores, pois, caso o FMI produza um relatório ruim sobre o País num determinado período, a cláusula prevê que tal acordo de reescalonamento ficaria suspenso. Uma providência drástica para os credores que, se numa eventualidade de não receberem os juros da dívida, ainda teriam de cobrar o principal e acabariam sem receber os dois.

O presidente Sarney, satisfeito com o sucesso de seu plano, já marcou para o próximo dia 13 ou, no mais tardar, dia 15 de junho, um encontro com várias lideranças empresariais e pretende repetir reuniões desse tipo com todos os setores, inclusive com a área social.

Sayad comentou com seus assessores que há muito não presenciava uma discussão sobre política econômica "de tão alto nível".